



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

PROVA OBJETIVA - 16 de setembro de 2018

EDUCAÇÃO - PEDAGOGIA

Nome do Candidato: _____

Nº de Inscrição: _____

Assinatura

PROVA 1 – COR BRANCA

**A COR DA CAPA DO SEU BOLETIM DE QUESTÕES É BRANCA.
MARQUE A COR EM SEU CARTÃO RESPOSTA.**

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se a prova que você recebeu corresponde ao cargo ao qual você está inscrito, conforme consta no seu cartão de inscrição e no cartão resposta. Caso contrário, comunique imediatamente ao fiscal de sala.
2. Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO RESPOSTA, destinado à marcação das respostas às questões objetivas.
3. Este BOLETIM DE QUESTÕES contém a prova com 60 (sessenta) questões objetivas, com 15 questões de Conhecimentos Básicos (05 - Língua Portuguesa e 10 – Legislação) e 45 questões de Conhecimentos Específicos. Caso exista alguma falha de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala. Na prova há espaço reservado para rascunho. Esta prova terá duração de 04 (quatro) horas, tendo seu início às 09:00h e término às 13:00h (horário local).
4. Para cada questão objetiva, são apresentadas 05 (cinco) opções de resposta, identificadas com as letras (A), (B), (C), (D), (E). Apenas uma responde corretamente à questão, considerando a numeração de 01 a 60.
5. Confira se seu nome, número de inscrição, cargo e data de nascimento, constam na parte superior do CARTÃO RESPOSTA que você recebeu. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que este registre a correção na Ata de Sala.
6. O candidato deverá permanecer obrigatoriamente na sala de realização da sua prova por, no mínimo, 01 (uma) hora após o início das provas. A inobservância acarretará a eliminação do candidato.
7. É obrigatório que o candidato assine a LISTA DE PRESENÇA e o CARTÃO RESPOSTA, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
8. A marcação do CARTÃO RESPOSTA deve ser feita somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois lápis não será considerado.
9. A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo que consta no CARTÃO RESPOSTA.
10. Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO RESPOSTA por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
11. O CARTÃO RESPOSTA É O ÚNICO DOCUMENTO VÁLIDO PARA O PROCESSAMENTO DE SUAS RESPOSTAS, POIS A MARCAÇÃO INCORRETA NO CARTÃO RESPOSTA DA COR DA CAPA DA SUA PROVA É DE SUA INTEIRA RESPONSABILIDADE.
12. Não será permitida, durante a realização da sua prova, comunicação entre os candidatos, nem utilização de máquinas calculadoras ou similares, de livros, de notas, de impressos ou consulta a qualquer material. Assim como, de aparelhos eletrônicos (*bip*, telefone celular, relógio do tipo *databank*, agenda eletrônica, etc....) e acessórios de chapelaria. O candidato receberá do fiscal de sala saco plástico para guarda do material, que deverão, obrigatoriamente, ser colocados embaixo de sua carteira, junto com os acessórios de chapelaria – itens 10.15 e 10.16 do edital de abertura do concurso. O descumprimento dos itens anteriormente citados e outros definidos no Edital nº 008/2018-REI/IFPA, implicará a eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude.

BOA PROVA!!



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões de 1 a 5.

NAVEGUE NAS REDES SOCIAIS SEM BOTAR A SAÚDE EM RISCO

Cada vez mais conectados, encurtamos distâncias, ganhamos tempo e fazemos amigos.
Mas, sem bom senso, já tem gente pagando um preço: o bem-estar

André Bernardo

[...]

1 O uso obsessivo de mídias sociais começa a ser associado a males físicos, como ganho
2 de peso e problemas de coluna, e transtornos mentais, caso de ansiedade e depressão.

3 Uma pesquisa da Universidade de Ulster, na Irlanda do Norte, indica que a overdose de
4 Twitter, Instagram e Snapchat, entre outras, patrocina uma vida sedentária. Dos 353 estudantes
5 que responderam a um questionário on-line sobre o tempo gasto nas redes e em exercícios
6 físicos, 65% admitiram que não praticam tanto esporte quanto gostariam. “Se você está boa
7 parte do dia nas mídias sociais, pode ter certeza de que outras atividades serão negligenciadas.
8 No futuro, o preço a pagar será alto: obesidade, diabete e doenças cardiovasculares”, avisa a
9 psicóloga e coordenadora do trabalho Wendy Cousins.

10 Os prejuízos de levar uma rotina exageradamente on-line são até mais imediatos na
11 saúde mental. Quanto mais tempo ficamos conectados, maior o risco de desenvolver sintomas
12 de depressão, constata um experimento da Universidade de Pittsburgh, nos Estados Unidos.
13 Para chegar a tal conclusão, a equipe do médico Brian Primack monitorou a vida digital de
14 1.800 internautas, entre homens e mulheres de 19 a 32 anos.

15 Em média, os voluntários gastavam 61 minutos por dia e acessavam as redes 30 vezes
16 por semana. Entre o grupo que apresentou maior quantidade de acessos semanais, a
17 probabilidade de sentir-se deprimido era três vezes maior. “As pessoas que passam muito
18 tempo nas mídias sociais tendem a ser mais ansiosas e depressivas. Por ora não dá para
19 estabelecer uma relação de causa e efeito, mas é preciso refletir: é o internauta quem usa as
20 redes sociais ou são as redes sociais que usam os internautas?”, provoca Primack.

21 Quando a moderação sai de cena e as plataformas digitais são mal usadas, a vida
22 escolar (e, mais tarde, a profissional) paga o pato. Jovens de 12 a 15 anos estão penando com
23 o cansaço em sala de aula, de acordo com um estudo britânico com 900 estudantes. A
24 investigação descobriu que um em cada cinco acorda durante a noite para checar e responder
25 mensagens. No dia seguinte, adeus foco e atenção à lousa e aos livros. “Ainda não sabemos se
26 os adolescentes acessam as redes sociais porque estão sem sono ou se perdem o sono por
27 causa delas. Na dúvida, recomendo aos pais que, na hora de dormir, retirem tablets e
28 smartphones de seus quartos”, diz a educadora Sally Power, da Universidade de Cardiff, no
29 País de Gales.

30 A psicóloga Ana Luiza Mano, professora da Pontifícia Universidade Católica de São
31 Paulo, explica que não existe idade ideal para os pais comprarem celular para os filhos ou
32 liberarem seu acesso a algumas redes. Mas ressalva que as crianças tendem a seguir o modelo
33 que têm em casa. “Cabe aos pais orientá-las sobre a melhor maneira e a frequência certa de
34 utilização das mídias sociais”, propõe.

[...]

1 De acordo com o texto, o equilíbrio no uso das mídias digitais pelos adolescentes depende

- (A) do sono regular.
- (B) da prática de esportes.
- (C) do poder de concentração.
- (D) da saúde mental.
- (E) do exemplo dos pais.

2 Sem alterar o sentido do enunciado, em *Uma pesquisa da Universidade de Ulster, na Irlanda do Norte, indica que a overdose de Twitter, Instagram e Snapchat, entre outras, patrocina uma vida sedentária* (linhas 3 e 4), a forma verbal *patrocina* poderia ser substituída por

- (A) *influencia*.
- (B) *favorece*.
- (C) *permite*.
- (D) *implica*.
- (E) *financia*.

3 A regência verbal culta **NÃO** foi observada em

- (A) *No futuro, o preço a pagar será alto: obesidade, diabete e doenças cardiovasculares*”, avisa a psicóloga e coordenadora do trabalho Wendy Cousins. (linhas 8 e 9)
- (B) *Para chegar a tal conclusão, a equipe do médico Brian Primack monitorou a vida digital de 1.800 internautas, entre homens e mulheres de 19 a 32 anos.* (linhas 13 e 14)
- (C) *Em média, os voluntários gastavam 61 minutos por dia e acessavam as redes 30 vezes por semana.* (linhas 15 e 16)
- (D) *A investigação descobriu que um em cada cinco acorda durante a noite para checar e responder mensagens.* (linhas 23 a 25)
- (E) *Mas ressalva que as crianças tendem a seguir o modelo que têm em casa.* (linhas 32 e 33)

4 Contém expressão própria da linguagem informal o trecho

- (A) *“Se você está boa parte do dia nas mídias sociais, pode ter certeza de que outras atividades serão negligenciadas. No futuro, o preço a pagar será alto: obesidade, diabete e doenças cardiovasculares”.* (linhas 6 a 8)
- (B) *Quanto mais tempo ficamos conectados, maior o risco de desenvolver sintomas de depressão, constata um experimento da Universidade de Pittsburgh, nos Estados Unidos.* (linhas 11 e 12)
- (C) *Quando a moderação sai de cena e as plataformas digitais são mal usadas, a vida escolar (e, mais tarde, a profissional) paga o pato.* (linhas 21 e 22)
- (D) *No dia seguinte, adeus foco e atenção à lousa e aos livros.* (linha 25)
- (E) *Na dúvida, recomendo aos pais que, na hora de dormir, retirem tablets e smartphones do quarto dos filhos”, diz a educadora Sally Power, da Universidade de Cardiff, no País de Gales.* (linhas 27 a 29)

5 O referente do elemento coesivo grifado **NÃO** está corretamente indicado em

- (A) *Uma pesquisa da Universidade de Ulster, na Irlanda do Norte, indica que a overdose de Twitter, Instagram e Snapchat, entre outras, patrocina uma vida sedentária.* (linhas 3 e 4) → mídias sociais
- (B) *“Ainda não sabemos se os adolescentes acessam as redes sociais porque estão sem sono ou se perdem o sono por causa delas.* (linhas 25 a 27) → redes sociais
- (C) *Na dúvida, recomendo aos pais que, na hora de dormir, retirem tablets e smartphones de seus quartos”* (linhas 27 e 28) → adolescentes
- (D) *A psicóloga Ana Luiza Mano, professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, explica que não existe idade ideal para os pais comprarem celular para os filhos ou liberarem seu acesso a algumas redes.* (linhas 30 a 32) → pais
- (E) *“Cabe aos pais orientá-las sobre a melhor maneira e a frequência certa de utilização das mídias sociais”, propõe.* (linhas 33 e 34) → crianças

LEGISLAÇÃO

6 Segundo o regime jurídico dos servidores públicos civil da União, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo, ao entrar em exercício, ficará sujeito a estágio probatório, quando será observado, entre outros, o seguinte fator:

- (A) Temperança.
- (B) Comunicabilidade.
- (C) Capacidade de iniciativa.
- (D) Resiliência.
- (E) Presteza.

7 Uma das regras deontológicas do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal é a de que

- (A) a moralidade da Administração Pública está limitada à grave distinção entre o bem e o mal, junto à ideia de que o fim é sempre a política pública consolidada.
- (B) exige-se, como contrapartida ao fato de que a remuneração do servidor público é custeada pelos recursos advindos de seu trabalho, que a moralidade administrativa esteja aquém de um mero fator de legalidade.
- (C) a função pública, tida como exercício profissional, não deve estar integrada à vida particular do servidor público, assim como os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia.
- (D) o atraso na prestação do serviço não caracteriza atitude contra a ética ou ato de desumanidade, mas decorrência de dano institucional que reflete sobre os usuários.
- (E) o trabalho desenvolvido pelo servidor público junto à comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar.

8 De acordo com a Lei nº 12.772/2012, além de outros fatores, a avaliação especial de desempenho do docente em estágio probatório nas Instituições Federais de Ensino deverá considerar a(o)

- (A) adaptação do professor ao trabalho, verificada por meio de provas teóricas e práticas.
- (B) avaliação pelos discentes, conforme normatização própria da instituição.
- (C) cumprimento de horário dentro e fora da repartição para a qual foi designado.
- (D) análise dos relatórios de atividades durante período de licenças e férias.
- (E) desempenho em programas de avaliação de forma física e de saúde funcional.

9 A atual Constituição Federal prevê o estabelecimento de um plano nacional de educação, cujas ações integradas devem conduzir à

- (A) diminuição do analfabetismo total e funcional.
- (B) ampliação gradativa da escolarização profissional.
- (C) aplicação de recursos como proporção da receita de impostos.
- (D) promoção humanística, científica e tecnológica do País.
- (E) formação para o trabalho infantil e adulto.

10 No que tange à organização da educação nacional, é correto afirmar que

- (A) o sistema federal de ensino compreende as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada.
- (B) os sistemas de ensino dos Estados compreendem as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público Estadual.
- (C) as instituições de educação superior, criadas e mantidas pela iniciativa privada, integram o sistema de ensino do Distrito Federal.
- (D) os sistemas municipais de ensino compreendem todas as instituições da educação básica existentes no município.
- (E) as instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se em públicas, privadas e associadas.

11 Nos termos da Lei nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, um dos princípios da formação técnico-profissional é

- (A) garantia de acesso e frequência flexíveis ao ensino regular.
- (B) atividade compatível com as necessidades da tarefa.
- (C) horário especial para o exercício das atividades.
- (D) garantia de bolsa de aprendizagem dos sete aos quatorze anos.
- (E) igualdade de tratamento ao adolescente portador de deficiência.

12 De acordo com a Lei nº 11.892/2008, uma das finalidades dos Institutos Federais é

- (A) promover a horizontalização da educação básica com a educação profissional e a educação superior, otimizando exclusivamente a infraestrutura física e os quadros de pessoal.
- (B) orientar sua formação em benefício do fortalecimento dos arranjos produtivos, com perspectiva prioritária de lucro para empresas e cooperativas locais.
- (C) constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de matemática e língua portuguesa, em particular.
- (D) desenvolver programas de pesquisa pura e aplicada, de extensão e de divulgação científica e tecnológica, além de serviços remunerados.
- (E) promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

13 Com base no Decreto nº 5.626/2005, para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso à comunicação, à informação e a outras atividades, as instituições federais de ensino devem promover formação de professores para o (a)

- (A) ensino, a pesquisa e a extensão referentes ao uso da Libras.
- (B) tradução e interpretação de Libras-Língua Portuguesa.
- (C) ensino da Língua Inglesa como segunda língua para pessoas surdas.
- (D) elaboração de projetos de assistência para estudantes surdos.
- (E) mestrado em educação tecnológica para pessoas surdas.

14 Um dos objetivos do atendimento educacional especializado é

- (A) facilitar o acesso e a aprovação dos estudantes com necessidades especiais.
- (B) garantir a redução do tempo de ensino/aprendizagem no ensino fundamental e médio.
- (C) distribuir gratuitamente recursos didáticos e pedagógicos a estudantes cegos.
- (D) assegurar condições à continuidade de estudos nos demais níveis e modalidades de ensino.
- (E) garantir o acesso de forma complementar e suplementar à educação superior.

15 Com base na lei nº 10.639/2003, o calendário escolar inclui o “Dia Nacional da Consciência Negra”, que é comemorado em

- (A) 20 de novembro.
- (B) 21 de abril.
- (C) 13 de maio.
- (D) 15 de outubro.
- (E) 25 de setembro.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16 O instrumento de avaliação que consiste na “organização de uma coletânea de registros sobre aprendizagens do aluno que favoreçam ao professor, aos próprios alunos e às famílias uma visão evolutiva do processo” (HOFFMANN, J. Avaliar para promover: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2002, p.201) denomina-se

- (A) relatório.
- (B) anedotário.
- (C) registro de observação.
- (D) mapa conceitual.
- (E) portfólio.

17 A avaliação emancipatória é aquela

- (A) que acompanha todo o processo de construção do conhecimento do aluno, contribuindo para o seu desenvolvimento.
- (B) de caráter não diretivo em que o aluno deverá assumir formas de controle de sua aprendizagem, definir e aplicar os critérios para avaliar até onde estão sendo atingidos os objetivos que pretende alcançar.
- (C) que visa à exatidão da reprodução do conteúdo comunicado em sala de aula.
- (D) que consiste em se constatar se o aluno aprendeu e atingiu os objetivos propostos, quando o programa foi conduzido até o final de forma adequada.
- (E) que consiste em apreender da realidade algo que se possa transcrever para uma medida, uma descrição, uma representação dessa realidade.

18 Ao elaborar um teste com questões discursivas, alguns requisitos devem ser levados em consideração, como

I. evitar que o item teste a capacidade de memorização em vez do conhecimento do aluno. Se houver necessidade de definição ou de fórmula, forneça-as.

II. evitar a abordagem de temas que são controversos entre os próprios especialistas da área.

III. elaborar itens que possibilitem ao aluno demonstrar seus conhecimentos e/ou habilidades sobre conteúdos do tipo procedimental, se expressando de forma redacional.

IV- apresentar alternativas que não sejam mutuamente excludentes, tenham a mesma estrutura, paralelismo, e a mesma extensão e estejam coerentes com o enunciado quanto ao conteúdo e aos aspectos linguísticos.

As assertivas I, II, III e IV são, respectivamente,

- (A) falsa; falsa; verdadeira; verdadeira.
- (B) verdadeira; verdadeira; falsa; falsa.
- (C) falsa; verdadeira; verdadeira; falsa.
- (D) falsa; falsa; falsa; falsa.
- (E) verdadeira; verdadeira; verdadeira; verdadeira.

19 A característica que melhor identifica uma questão do tipo definição é a seguinte:

- (A) dado o termo, pede-se uma explicação essencial e exclusiva do mesmo.
- (B) trata-se de mencionar algumas características de determinado objeto ou tema proposto.
- (C) são dados alguns elementos ou características fundamentais a partir das quais o aluno descobre o objeto ou termo correspondente.
- (D) dados vários elementos desconexos, pede-se ao aluno que os agrupem de acordo com determinado(s) critério(s).
- (E) dada uma lista de nomes e expressões, o estudante deve ligá-la corretamente a outra lista que apresente elementos com alguma relação entre si, e por isso, podem ser associados.

20 Por avaliação de currículo entende-se

- (A) a avaliação que tem como função identificar, verificar e diagnosticar a aprendizagem dos conteúdos de ensino, devendo ser desenvolvida de forma contínua e formativa.
- (B) a avaliação da função social da instituição, considerando-se as relações pedagógicas que se consolidam nas práticas cotidianas por ela adotadas, que se traduzem na organização do seu currículo.
- (C) a avaliação centrada no contexto psicopedagógico da instituição educacional, cuja finalidade é a de subsidiar a tomada de decisões sobre o aperfeiçoamento das decisões sobre a trajetória escolar, conteúdos e aprendizagem e a interpretação das políticas educacionais pela instituição.
- (D) a avaliação desenvolvida a partir de análises internas ou externas à instituição e que deve contemplar tanto o valor intrínseco do currículo, quanto o valor que o mesmo tem relativamente a um contexto em particular ou uma dada aplicação.
- (E) a avaliação da função social da instituição, quando se busca identificar, verificar e diagnosticar os processos de ensino e aprendizagem adotados por ela.

21 Nas bases da Teoria Psicológica de Jean Piaget consta que o conhecimento objetivo é uma aquisição construída pela criança a partir de grandes reestruturações globais mentais. A influência desta teoria em educação leva a afirmar o seguinte:

- (A) para uma psicologia e pedagogia associacionista, os erros da criança não têm grandes significados.
- (B) o caminho em direção à aquisição do conhecimento é linear e consecutivo.
- (C) na educação escolar os erros são construtivos e constituem pré-requisitos necessários para o conhecimento.
- (D) para Piaget, a compreensão de um dado conhecimento não passa pela possibilidade de o sujeito construir este processo de conhecer.
- (E) para uma psicologia de base interacionista, os erros não são admissíveis.

22 Na relação entre as teorias psicológicas e educação encontra-se a contribuição da Teoria Socio-Histórica de Lev Vygotsky, que tem o seguinte princípio:

- (A) a aprendizagem não é uma mera aquisição de informações, não acontece a partir de uma simples associação de ideias armazenadas na memória, mas é um processo interno, ativo e interpessoal.
- (B) o sujeito é uma “tábula rasa”, cujas impressões do mundo, a partir das suas interações com os órgãos dos sentidos, podem produzir o conhecimento.
- (C) a aprendizagem é uma mudança de comportamento resultante do treino, da experiência ou da bagagem genética dos sujeitos.
- (D) o ser humano nasce com o conhecimento já programado na sua herança genética e cultural, logo, a aprendizagem é inata.
- (E) não há valorização dos aprendizados construídos nas relações sociais.

23 As contribuições de estudiosos como Piaget, Paulo Freire, Vygotsky, Wallon e Freinet influenciaram as teorias psicológicas e pedagógicas. Ao discutirem o processo de aprendizagem, apresentam um ponto em comum, que pode ser sintetizado na seguinte afirmativa:

- (A) toda aprendizagem é fruto de treino, memorização e disciplina.
- (B) todo o processo de conhecer provém somente dos estímulos do meio.
- (C) o processo de aprender exige solidão, disciplina e esforço pessoal.
- (D) um bom processo de transmissão do conhecimento é a chave da aprendizagem
- (E) a ação de aprender é compreendida como práxis, é fruto da prática social dos sujeitos.

24 O associacionismo, cuja expressão mais relevante é o behaviorismo, influenciou as teorias da aprendizagem ao considerar

- (A) as interações sociais e as experiências sócio-históricas dos sujeitos.
- (B) a aprendizagem como mudança de comportamento resultante do treino ou da experiência, por isso, identificada com condicionamento e repetição.
- (C) a superação da dicotomia transmissão x produção do conhecimento pelos sujeitos.
- (D) a subjetividade como um momento individual de internalização da objetividade e da realidade dos sujeitos.
- (E) os estímulos e as respostas dadas pelos sujeitos não são considerados importantes.

25 De acordo com Nilma Lino Gomes, “Do ponto de vista cultural, a diversidade pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças. A construção das diferenças ultrapassa as características biológicas, observáveis a olho nu. As diferenças são também construídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico e cultural, nos processos de adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto das relações de poder. Sendo assim, mesmo os aspectos tipicamente observáveis, que aprendemos a ver como diferentes desde o nosso nascimento, só passaram a ser percebidos dessa forma, porque nós, seres humanos e sujeitos sociais, no contexto da cultura, assim os nomeamos e identificamos”.

(GOMES, Nilma Lino. Indagações sobre currículo : diversidade e currículo. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007).

Depreende-se daí que:

I. É natural que determinadas culturas, de um modo geral, ressaltem como positivos e melhores os valores que lhe são próprios, gerando um certo estranhamento e, até mesmo, uma rejeição em relação ao diferente.

II. Os seres humanos, enquanto seres vivos, apresentam diversidade biológica, ou seja, mostram diferenças entre si. Logo, é possível que o ser humano, enquanto parte da diversidade biológica, seja entendido fora do contexto da diversidade cultural.

III. A diversidade é um componente do desenvolvimento biológico e cultural da humanidade. Porém, ao longo do processo histórico e cultural e no contexto das relações de poder, algumas dessas variabilidades foram estereotipadas e tratadas de maneira preconceituosas.

As afirmações I, II, e III são, respectivamente,

- (A) falsa; falsa; verdadeira.
- (B) falsa; verdadeira; verdadeira.
- (C) falsa; falsa; falsa.
- (D) verdadeira; verdadeira; verdadeira.
- (E) verdadeira; falsa; falsa.

26 As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, estabelecidas pela Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, define como fundamentos para a Educação em Direitos Humanos, dentre outros, os seguintes princípios:

I. dignidade humana;

II. reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;

III. sustentabilidade socioambiental;

IV. o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

V- o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo.

Os princípios que realmente são definidos na Resolução constam dos itens

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) III, IV e V.
- (E) I, IV e V.

27 A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior poderá ocorrer

- I. pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente;
- II. como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar;
- III. de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade;
- IV. através de outras formas de inserção, desde que observadas as especificidades dos níveis e modalidades da Educação Nacional.

Considerando-se o que foi prescrito pela Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, as afirmações I, II, III e IV são, respectivamente,

- (A) verdadeira; verdadeira; verdadeira; verdadeira.
- (B) falsa; falsa; falsa; falsa.
- (C) falsa; verdadeira; verdadeira; verdadeira.
- (D) falsa; verdadeira; falsa; verdadeira.
- (E) verdadeira; falsa; verdadeira; falsa.

28 As ações afirmativas podem ser definidas como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. São exemplos de medidas que se constituem em ações afirmativas na educação

- (A) políticas de valorização identitária e adoção de cotas de ingresso no ensino superior.
- (B) adoção de cotas raciais, institucionalização de conteúdos antirracistas e antidiscriminatórios no currículo escolar.
- (C) combate à lgbtfobia na escola e adoção da educação “anti-racista e antidiscriminatória”.
- (D) combate à lgbtfobia na escola e ações de enfrentamento ao racismo.
- (E) ações de enfrentamento ao racismo e adoção de políticas de valorização identitária.

29 O objetivo central de um sistema nacional de avaliação é

- (A) fornecer informações que possam orientar as políticas educacionais que visem à melhoria da qualidade do ensino.
- (B) melhorar a gestão técnica e financeira dos sistemas de ensino nos estados e municípios.
- (C) criar mecanismos de avaliação dos professores e dos conteúdos das disciplinas ensinadas.
- (D) verificar se a legislação educacional está sendo seguida nos aspectos pedagógicos do cumprimento das normas.
- (E) fortalecer o IDEB como parâmetro de qualidade da educação

30 No que tange ao papel da avaliação formativa é correto afirmar que

- (A) é conduzida pela equipe pedagógica da escola, sem a interferência do professor.
- (B) a participação dos alunos só é considerada para que eles possam rever seus erros nas provas e nos exames.
- (C) tem a função de levantar pequenos diagnósticos dos alunos e suas dificuldades.
- (D) contribui para o controle da quantidade de conteúdos ensinados frente aos resultados esperados.
- (E) leva em conta o progresso individual do aluno, sua função ativa na própria aprendizagem, compreendendo suas possibilidades de aprendizagem.

31 Sobre a política nacional de avaliação da educação brasileira é correto afirmar que a Avaliação Nacional do Rendimento no Ensino Escolar – ANRESC – faz parte da(o)

- (A) Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes – PISA.
- (B) Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA.
- (C) Avaliação Nacional da Educação Básica – ANEB.
- (D) Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB.
- (E) Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE.

32 Os testes estandardizados que compõem os sistemas de avaliação são uma forma de avaliação normativa. Neste sentido, é correto afirmar que a avaliação normativa é

- (A) uma orientação técnico-metodológica sem vinculação com as teorias da aprendizagem.
- (B) é constituída de objetivos e métodos que se colocam em oposição à avaliação formativa.
- (C) é a única base para a escola conhecer-se em profundidade.
- (D) é a própria avaliação formativa, pois parte de metas que devem ser alcançadas.
- (E) é flexível, pois leva em conta as subjetividades dos alunos.

33 A definição “(...) todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão”.

(BERSCH, R.; TONOLLI, J. C. Introdução ao Conceito de 2006. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/>. Acesso em: 19 jul. 2018.)

aplica-se à

- (A) tecnologia assistiva.
- (B) tecnologia educacional.
- (C) tecnologia de reabilitação.
- (D) tecnologias da Informação e da Comunicação.
- (E) tecnologias de órtese e prótese.

34 Existem tecnologias assistivas que se destinam ao atendimento de pessoas sem fala ou escrita funcional ou em defasagem entre sua necessidade comunicativa e sua habilidade em falar, escrever e/ou compreender, que são denominadas

- (A) auxílios para a vida diária e vida prática.
- (B) comunicação aumentativa e alternativa.
- (C) recursos de acessibilidade ao computador.
- (D) auxílios para melhorar a função auditiva.
- (E) auxílios para ampliação da função visual.

35 O plano inclinado, os *softwares* leitores de texto impresso (OCR) e a representação tátil de uma obra de arte em museu, exemplificam, respectivamente, as seguintes categorias de tecnologia assistiva:

- (A) auxílios para a vida diária e vida prática; recursos de acessibilidade ao computador; auxílios para ampliação da função visual.
- (B) comunicação aumentativa e alternativa; recursos de acessibilidade ao computador; auxílios para ampliação da função visual.
- (C) auxílios para a vida diária e vida prática; auxílios para ampliação da função visual; auxílios para melhorar a função auditiva.
- (D) esporte e lazer; recursos de acessibilidade ao computador; auxílios para ampliação da função visual.
- (E) recursos de acessibilidade ao computador; auxílios para ampliação da função visual; comunicação aumentativa e alternativa.

RASCUNHO

- 36** Marco Silva, em seu texto “*Internet na escola e inclusão*” (disponível em <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/2sf.pdf>. Acesso em 19 de julho de 2018), defende que os professores, para promoverem inclusão na cibercultura, precisam potencializar a comunicação e a aprendizagem utilizando interfaces da Internet. Cada interface reúne um conjunto de elementos de *hardware* e *software* destinados a possibilitar aos internautas trocas, intervenções, agregações, associações e significações como autoria e co-autoria, a exemplo do fórum, que é
- (A) um espaço on-line de bate-papo síncrono, com envio e recepção simultâneos de mensagens textuais e imagéticas.
 - (B) um espaço on-line, assíncrono, de discussão em grupo, por meio do qual os internautas conversam entre si, trocando opiniões e debatendo temas propostos como provocações à participação.
 - (C) um espaço on-line que reúne uma comunidade virtual por e-mail. Cada integrante da comunidade envia e-mail para todos de modo que todos podem interagir com todos.
 - (D) um espaço, ambiente ou lugar na WWW (World Wide Web) que oferece informações sobre determinada pessoa, empresa, instituição ou evento.
 - (E) um espaço on-line de bate-papo síncrono, em que cada integrante envia e-mail para participantes previamente selecionados.
- 37** Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996), o conceito de Educação é
- (A) formação necessária para o desenvolvimento das potencialidades do indivíduo, para o mercado de trabalho e para uma cidadania ativa.
 - (B) preparação do indivíduo no domínio dos recursos científicos e tecnológicos que permitam a ocupação de um lugar no mercado de trabalho.
 - (C) formação que se desenvolve na vida em família, na convivência humana, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, na participação na sociedade civil e nas manifestações culturais.
 - (D) formação que permite ao indivíduo a compreensão de seus direitos e deveres, seu lugar na sociedade, sua vocação e habilitação profissional para o exercício da cidadania.
 - (E) preparação para o exercício da cidadania, dos valores da moral e ética que devem ser levados para a vida e para o mercado de trabalho.
- 38** A partir da Lei n. 9.394/1996 (LDB), a educação escolar brasileira é composta pelos níveis
- (A) Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.
 - (B) Educação Básica, Educação Especial e Educação Superior.
 - (C) Educação Fundamental, Ensino Médio e Educação Superior.
 - (D) Educação Básica e Educação Superior.
 - (E) Educação Básica e Educação Profissional.
- 39** Com o advento da Lei 9.394/1996, a formação mínima exigida aos docentes para atuação na Educação Básica passou a ser
- (A) nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena.
 - (B) nível superior, em curso de Pedagogia.
 - (C) conclusão de programa de formação continuada de diversos níveis.
 - (D) conclusão de curso de pós-graduação na área da educação básica.
 - (E) nível superior, em qualquer curso de graduação.
- 40** A Lei 4.024/1961 estabeleceu o seguinte conceito de direito à educação:
- (A) educação é direito de todos os que possuem capacidades mentais.
 - (B) educação é direito da família e do indivíduo.
 - (C) educação é direito de todos e será dada na escola e na comunidade.
 - (D) educação é direito de todos e será dada no lar e na comunidade.
 - (E) educação é direito de todos e será dada no lar e na escola.

41 A isenção da obrigatoriedade no Ensino Primário foi definida pela Lei 4.024/1961 para crianças que apresentassem

- (A) comprovado estado de pobreza do pai ou responsável.
- (B) pai ou responsável vinculado ao serviço público.
- (C) doença ou anomalia grave na família.
- (D) impossibilidade de convívio entre diferentes classes sociais.
- (E) comprovado quadro de necessidades especiais.

42 O art. 7º da Lei 5.692/1971 determinou como obrigatório no currículo escolar o ensino de

- (A) Ensino Religioso, Técnicas Industriais e Educação Artística.
- (B) Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística, Ensino Religioso e Programas de Saúde.
- (C) Técnicas Comerciais, Técnicas Industriais e Educação Física.
- (D) Educação Moral e Cívica, Ensino Religioso e Educação Física.
- (E) Educação Física, Ensino Religioso e Programas de Saúde.

43 A Lei 5.692/1971 fixou as diretrizes e bases para o ensino com a seguinte estrutura:

- (A) Ensino Primário e Ensino Secundário.
- (B) Ensino Primário e Ensino Médio.
- (C) Ensino de 1º grau e Ensino de 2º grau.
- (D) Ensino Primário e Ensino Supletivo.
- (E) Ensino Primário e Ensino Fundamental.

44 O número mínimo de 200 (duzentos) dias letivos para as instituições de ensino foi instituído pela seguinte Lei de Diretrizes e Bases:

- (A) Lei 4.024/1961.
- (B) Lei 5.692/1971.
- (C) Lei 9.394/1996.
- (D) Lei 13.005/2014.
- (E) Lei 10.639/2003.

45 De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/1996, constitui-se como um princípio da Educação Nacional

- (A) proselitismo educacional.
- (B) singularidade de ideias e de concepções pedagógicas.
- (C) valorização das experiências intra-escolares.
- (D) gestão democrática do ensino público.
- (E) existência de Instituições públicas de ensino.

46 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996) define educação como um direito, entendido como

- (A) civil, quando garante a plena permanência dos sujeitos no processo escolar.
- (B) político, pois permite a ampla participação do sujeito nos processos sociais.
- (C) nato, pois ao nascer o sujeito já o tem garantido.
- (D) público subjetivo, pois afirma o sujeito como cidadão pleno de direitos individuais e coletivos.
- (E) político-pedagógico, pois garante o atendimento nas instituições de ensino.

RASCUNHO

47 O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, ao regulamentar a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras –, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, ao tratar da formação do professor de Libras e do instrutor de libras, define que o seguinte:

- (A) para o exercício da docência na educação básica e no ensino superior, a formação deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.
- (B) a formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue.
- (C) admite-se como formação mínima para o exercício da docência na educação básica a formação ofertada em nível médio na modalidade normal que viabilizar a formação bilíngue.
- (D) admite-se como formação mínima para o exercício da docência na educação básica a formação obtida em cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior ou em cursos de formação continuada promovidos por instituições credenciadas por secretarias de educação.
- (E) admite-se como formação mínima para o exercício da docência na educação básica a obtida em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras.

48 Dentre as atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado, estabelecidas pela Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, podemos citar:

- (A) matricular, no AEE realizado em sala de recursos multifuncionais, os alunos público alvo da educação especial matriculados em classes comuns da própria escola e os alunos de outra(s) escola(s) de ensino regular, conforme demanda da rede de ensino.
- (B) promover a participação dos alunos nas ações intersetoriais articuladas junto aos demais serviços públicos de saúde, assistência social, trabalho, direitos humanos, entre outros.
- (C) produzir materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, considerando as necessidades educacionais específicas dos alunos e os desafios que estes vivenciam no ensino comum, a partir dos objetivos e das atividades propostas no currículo.
- (D) registrar, no Censo Escolar MEC/INEP, a matrícula de alunos público alvo da educação especial nas classes comuns e as matrículas no AEE realizado na sala de recursos multifuncionais da escola.
- (E) estabelecer redes de apoio e colaboração com as demais escolas da rede, as instituições de educação superior, os centros de AEE e outros, para promover a formação dos professores, o acesso a serviços e recursos de acessibilidade e a inclusão profissional dos alunos;

RASCUNHO

49 Reza a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, que, do nascimento aos três anos, o atendimento educacional especializado se expressa por meio de serviços de intervenção precoce que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social. A intervenção precoce pressupõe

I. a intervenção, no momento do nascimento, com intervenção cirúrgica e/ou fisioterapia, evitando que o desenvolvimento dessas crianças se encaminhe para transtornos ou deficiências graves.

II. a implementação, o mais cedo possível, da estimulação, com base em técnicas neuroevolutivas planejadas, favorecendo a atuação sobre o sistema nervoso que ainda se encontra plástico e moldável;

III. que a intervenção junto ao bebê em risco, já nos primeiros meses, estimule as vias sensoriais e motoras, assim como seja organizado o seu ambiente de maneira mais adequada e favorável.

É/São verdadeiro(s) o(s) item/itens

(A) I.

(B) II.

(C) II e III.

(D) I e II.

(E) I e III.

50 Leia as duas afirmativas abaixo:

I. Na impossibilidade de frequência à escola, durante o período sob tratamento de saúde ou de assistência psicossocial, as pessoas necessitam de formas alternativas de organização e oferta de ensino de modo a cumprir com os direitos à educação e à saúde, tal como definidos na Lei e demandados pelo direito à vida em sociedade.

II. São exemplos de formas alternativas de organização e oferta de ensino de modo a cumprir com os direitos à educação e à saúde tanto o atendimento pedagógico domiciliar ofertado em ambiente domiciliar, decorrente de problema de saúde que impossibilite o educando de frequentar a escola ou esteja ele em casas de passagem, casas de apoio, casas-lar e/ou outras estruturas de apoio da sociedade; quanto à educação doméstica, convencionalmente denominada como *homeschooling*, que consiste na prática de ensinar os filhos e as filhas no ambiente doméstico, ou seja, na casa dos aprendizes.

Sobre essas duas afirmativas é correto afirmar que

(A) as duas afirmativas são verdadeiras e a segunda exemplifica a primeira.

(B) as duas afirmativas são verdadeiras, mas a segunda não exemplifica a primeira.

(C) as duas afirmativas são falsas.

(D) a primeira é uma afirmativa verdadeira e a segunda, falsa.

(E) a primeira é uma alternativa falsa e a segunda, verdadeira.

RASCUNHO

51 A Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e que altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, estabelece as seguintes diretrizes para o atendimento deste público:

- I. a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação;
- II. a realização ou continuidade dos estudos de ensino fundamental e médio, em todas as suas modalidades, por meio do ensino domiciliar, que pode ser realizado pelos pais ou, para ensinar aquelas disciplinas que eles não dominam, por professores contratados;
- III. a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes.
- IV. o estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo ao transtorno do espectro autista no País.
- V. a matrícula em escolas especializadas, em classes que propiciem o atendimento diferenciado – em nível pessoal, didático ou metodológico – aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista.

São verdadeiros os itens

- (A) I, II e III.
- (B) II, IV e V.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, IV e V.
- (E) III, IV e V.

52 A gestão democrática como um princípio da educação brasileira deve ser efetivada na escola com

- (A) a existência de instância administrativa que promova a tomada de decisões sobre as ações escolares.
- (B) a promoção de movimentos de ampla participação da comunidade nos processos decisórios, desde a elaboração até a avaliação das ações pretendidas.
- (C) a elaboração de um instrumental de coleta de opiniões e sugestões dos pais sobre o trabalho escolar.
- (D) a realização das eleições para o cargo de direção da unidade escolar, no qual o conselho escolar escolhe aquele que assumirá o cargo.
- (E) a realização de ações definidas a *priori* e com o acompanhamento da coordenação.

RASCUNHO

53 De acordo com LUCE, Maria Beatriz e FARENZENA, Nalú, “O controle do uso dos recursos da educação é procedimento essencial para a gestão responsável dos recursos.[... O controle público da gestão tem contado com a intervenção de outros fóruns, entre os quais sobressaem os conselhos da área. Por serem integrados por representantes dos governos e de entidades da sociedade civil e/ou segmentos da comunidade escolar, instituem uma nova instância democrática de controle público interno, mas que conta com o controle externo direto, potencializando a fiscalização da aplicação dos recursos. Ou seja, os conselhos da área da educação são instâncias instituintes de um controle social, seja no âmbito nacional, estadual, municipal ou escolar”.

LUCE, Maria Beatriz e FARENZENA, Nalú. Conselhos Municipais em Educação, descentralização e gestão democrática: discutindo interseções. In: Conselhos Municipais e controle Social da educação: descentralização, participação e cidadania. São Paulo: Xama, 2008.

Depreende-se desta afirmação que são considerados colegiados representativos das diversas instituições componentes dos sistemas de ensino as seguintes instâncias:

- (A) Congresso Nacional, Assembleia Legislativa, Câmara Municipal e Conselho Estadual de Educação.
- (B) conselhos nacional, estaduais e municipais de educação, de Alimentação Escolar, de Transporte Escolar, do Fundeb e conselhos escolares.
- (C) Câmara Municipal, conselhos tutelares, conselhos de assistência social e conselhos escolares.
- (D) conselhos escolares, associações de pais e mestres e comitês de acompanhamento do IDEB.
- (E) conselhos nacional, estaduais e municipais de educação, conselhos escolares e conselhos tutelares.

54 Estudos recentes definem letramento como

- (A) a fase compreendida pelo desenvolvimento da oralidade da criança.
- (B) um conjunto de técnicas de desenvolvimento da escrita na educação infantil.
- (C) um conjunto de práticas sociais de sujeitos que usam a escrita enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia de interação com o mundo.
- (D) um conjunto de práticas específicas da escola que dá a condição de alfabetizado.
- (E) um conjunto de técnicas de domínio da linguagem oral e escrita.

55 A linguagem é um fenômeno social, estruturado de forma ativa e grupal do ponto de vista cultural e social. Neste sentido, é correto afirmar que os processos escolares devem dinamizar a alfabetização e o letramento para

- (A) promover o processo de inserção de crianças e adolescentes numa cultura signos e símbolos.
- (B) trabalhar com os distintos usos da escrita na sociedade, focalizando os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade.
- (C) organizar tecnicamente, nas normas cultas da língua materna, o conhecimento adquirido de maneira informal e absorvido no cotidiano.
- (D) exercitar o aprendizado automático e repetitivo da leitura e da escrita, baseado na contextualização do mundo e da palavra.
- (E) desenvolver habilidades para o uso da escrita formal escolar.

56 A gestão democrática na escola exige a elaboração de um projeto político-pedagógico como instrumento de orientação para ação. Sua importância destaca-se por

- (A) ser um plano que prevê as necessidades básicas do processo educativo escolar, afastando as possibilidades de ações emergenciais.
- (B) constituir um processo de administração gerencial dos recursos materiais e humanos da escola.
- (C) requerer um diagnóstico real, a partir do qual se estabelecem objetivos, metas, estratégias, ações, com prazos e equipes envolvidas, para o alcance dos objetivos que se quer alcançar.
- (D) contribuir administrativamente com o exercício de uma gestão centrada no alcance de objetivos de aprendizagem e nas metas de melhoria dos indicadores educacionais.
- (E) exigir um conjunto de programas e projetos que farão parte da relação de atividades e eventos a serem desenvolvidos pela escola.

57 De acordo com Tomaz Tadeu da Silva (Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.), tanto os modelos de currículo _____ propostos por Franklin Bobbit e Ralph Tyler quanto os modelos mais _____ de currículo, como o de John Dewey, constituíram-se, de certa forma, enquanto reações ao denominado _____, que objetiva proporcionar aos estudantes o conhecimento das grandes obras literárias e artísticas herdadas das civilizações greco-romanas, bem como de suas respectivas línguas.

As lacunas do enunciado são corretamente preenchidas por

- (A) democrático; tecnicista; currículo científico.
- (B) científico; progressista; currículo humanista.
- (C) tecnocrático; progressista; currículo clássico ou humanista.
- (D) progressista; democrático; currículo clássico.
- (E) tecnocrático; científico; currículo progressista.

58 Uma teoria de currículo é definida pelos conceitos que utiliza. Assim, alguns dos conceitos enfatizados pelas teorias críticas de currículo, que organizam e estruturam a forma como vemos o currículo são

- (A) ensino, eficiência, ideologia, poder e cultura.
- (B) classe social, organização, planejamento, conscientização e eficiência.
- (C) cultura, representação, subjetividade, aprendizagem e ensino.
- (D) subjetividade, eficiência, poder, trabalho e classe social.
- (E) ideologia, poder, conscientização, classe social e resistência.

59 José Augusto Pacheco, na obra Escritos Curriculares (São Paulo: Cortez, 2005), ensina-nos que o currículo é uma construção marcada por processo contínuo de decisão. Nesse *continuum* de decisão curricular emergiriam as diferentes porém concatenadas fases de desenvolvimento do currículo. Dentre estas fases temos o chamado currículo prescrito, que é

- (A) o que se situa num contexto de ensino e que corresponde ao currículo operacional.
- (B) o currículo sancionado pela administração central para ser adotado por uma dada estrutura organizacional escolar.
- (C) o que é apresentado aos professores por mediadores curriculares, também denominado currículo percebido.
- (D) o que resulta da experiência escolar que não faz parte dos programas oficiais e das políticas educativas.
- (E) o que se situa num contexto de ensino, porém não faz parte dos programas oficiais.

60 Se, em termos formais, a política curricular diz respeito ao conjunto de leis e regulamentações que versam sobre o que deve ser ensinado nas escolas, por outro lado, a política curricular precisa ser entendida como sendo toda decisão ou todo condicionamento dos conteúdos e da prática do desenvolvimento do currículo a partir das instâncias de decisão política e administrativa.

Logo,

a escola não pode ser considerada um espaço público de tomada de decisão sobre a política curricular.

Sobre as afirmativas acima é correto afirmar que

- (A) as duas são verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- (B) as duas são verdadeiras, mas não estão relacionadas.
- (C) a primeira é uma afirmativa falsa e a segunda, verdadeira.
- (D) a primeira é uma afirmativa verdadeira e a segunda, falsa.
- (E) as duas são falsas e não estão relacionadas.